



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

c) Outras despesas administrativas

	2008	2007
Água, energia e gás	(7.157)	(7.177)
Aluguéis	(5.564)	(4.501)
Processamento de dados	(32.097)	(25.104)
Despesas de comunicações	(30.592)	(26.792)
Manutenção e conservação de bens	(7.113)	(7.075)
Despesas de material	(5.614)	(7.169)
Serviços de terceiros	(6.389)	(4.619)
Vigilância e segurança	(9.645)	(9.356)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(15.003)	(14.036)
Despesas de promoções e relações públicas	(5.965)	(8.708)
Despesas de serviços técnicos especializados	(8.211)	(2.743)
Despesa de transporte	(6.362)	(5.901)
Despesas de viagens	(5.278)	(4.932)
Despesas de depreciação	(12.861)	(12.552)
Despesas de amortização	(14.749)	(16.901)
Demais despesas administrativas	(7.819)	(8.545)
TOTAL	(180.419)	(166.111)

d) Despesas tributárias

	2008	2007
ISS	(3.383)	(1.867)
COFINS	(37.266)	(32.513)
PIS/PASEP	(6.056)	(5.284)
Demais tributos	(1.268)	(3.149)
TOTAL	(47.973)	(42.813)

e) Outras receitas e despesas operacionais

Outras receitas operacionais	2008	2007
Del credere - FNO	166.106	141.493
Demais rendas operacionais	90.474	56.620
Recuperações de operações do FNO	49.250	28.936
Receita de variação de taxa de câmbio	16.572	13.383
Recuperação de encargos e despesas	8.040	5.215
Rendas sobre depósito compulsório	4.068	2.986
Demais receitas	12.544	6.100
TOTAL	256.580	198.113

Outras despesas operacionais

	2007	
	Divulgação Anterior	Saldo Reclasificado
	2008	
Despesas de provisão - FNO	(120.169)	(12.071)
Atualização de benefícios pós-emprego	(31.261)	(38.424)
Despesas de fundos de investimento	(8.634)	(14.673)
Despesas de variação de taxa de câmbio	(36.851)	(20.368)
Passivos judiciais e legais	(15.502)	(8.917)
Cessão de crédito - lei nº 9.138/1995	(5.154)	(4.488)
Projeto Excelência Tecnológica	(10.545)	(5.275)
Despesas de Outras Provisões Operacionais	(8.785)	-
Demais despesas operacionais	(6.768)	(24.577)
TOTAL	(243.669)	(111.021)

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10.b, após reclassificação dos depósitos para incentivos fiscais, as despesas com remuneração desses depósitos foram transferidas do grupamento de Outras Despesas Operacionais para Despesas de Captação. Em 2008, encontra-se registrado na rubrica de Despesa de Depósitos Especiais, no grupamento de Depósitos a Prazo, o montante de R\$ 22.743.

A migração de operações para níveis de risco mais elevados, foi o principal fator que ocasionou o aumento da provisão para risco de crédito com operações realizadas com o FNO. O crescimento da carteira manteve-se entre os níveis AA a C, o que correspondeu a 86,4% do volume aplicado (89,1% em 2007).

26. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, no valor de R\$1.205.234 é representado por 2.964.596.762 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo a participação da União de 96,9% das ações.

	2008	2007
De Domiciliados no País	2.963.037.201	2.960.874.691
De Domiciliados no Exterior	1.559.561	3.722.071
TOTAL	2.964.596.762	2.964.596.762

b) Destinação do lucro líquido

De acordo com o art. 56 do Estatuto Social do Banco, a remuneração mínima devida aos acionistas deve corresponder a vinte e cinco por cento do lucro líquido ajustado em cada exercício social. Do resultado apurado no exercício, foi provisionado, após dedução da Reserva Legal, a título de juros sobre capital próprio imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, o montante de R\$109.713 que corresponde a, aproximadamente, 50,0% do resultado líquido ajustado, conforme demonstrado a seguir:

	2008
Lucro líquido do exercício	215.850
Reserva Legal (5% do lucro líquido)	10.792
Saldo após a Reserva Legal	205.058
Realização da Reserva de Reavaliação	1.839
Participação nos lucros e resultados	14.388
Base de cálculo dos dividendos	221.285
Juros sobre capital próprio proposto (aproximadamente 50% do lucro líquido ajustado)	109.713
Reserva Estatutária	97.184
Imposto de renda retido na fonte	593

Do total de juros sobre capital próprio propostos, no montante de R\$109.713, será deduzida a antecipação de R\$9.202, ocorrida em 31 de outubro de 2008, devidamente atualizada pela variação da taxa SELIC, desde a data do pagamento até 31 de dezembro de 2008, que importou em R\$9.363. Assim, o valor líquido a ser pago será de R\$100.511, os quais serão atualizados a partir de 31 de dezembro de 2008 até a data do pagamento, conforme preceitua o art. nº56 do Estatuto Social do Banco.

Os dividendos mínimos obrigatórios, de acordo com o exigido pela legislação societária e constante no art.56 - inciso II do Estatuto Social do Banco, caso fosse distribuído, importaria em:

	2008
Base de cálculo dos dividendos	221.285
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	55.322

Reserva estatutária

De acordo com o artigo 56 - inciso III do Estatuto Social do Banco, do saldo remanescente do resultado do exercício, após a dedução da Reserva Legal e da provisão para remuneração aos acionistas, o Banco destinou o montante de R\$97.184, para Reserva Estatutária, a título de reforço patrimonial para gerir os recursos aplicados no Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

c) Índice da basileia (limite operacional)

O Patrimônio de Referência do Banco é de R\$1.857.378, apresentando-se superior ao exercício de 2007 (R\$1.768.815) em R\$88.563, correspondendo ao coeficiente de adequação do patrimônio de 28,8% (31,2% em 2007).

O total dos ativos ponderados (ARTP) é de R\$6.395.422 (R\$5.623.925 em 2007) e a participação percentual sobre o ativo total tem a seguinte distribuição:

Risco %	2008		2007	
	Ativo	%	Ativo	%
0	3.590.063	34,4	3.467.490	39,9
20	34.563	0,3	6.913	0,4
50	848.121	8,1	424.060	5,3
100	5.964.449	57,2	5.964.449	50,7
300 ⁽¹⁾	-	-	324.531	3,7
TOTAL	10.437.196	100,0	6.395.422	100,0

(1) A partir de dezembro de 2008, conforme Circular nº 3.425, do BACEN, o fator de ponderação de risco aplicável aos créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias foi reduzido para 100%.

27. Processo de Gerenciamento de Riscos

O Banco da Amazônia tem o compromisso de manter seus processos e atividades adequados às leis e regulamentos, através da utilização de metodologias e recursos alinhados com as melhores práticas de mercado. No decorrer do exercício de 2008, foram desenvolvidas ações que contribuíram para a melhoria dos controles internos e riscos do Banco.

a) Risco operacional

Banco da Amazônia define o risco operacional como sendo a possibilidade de ocorrência de perda resultante de falhas, deficiências ou inadequação de processos, pessoas, sistemas ou eventos externos e que tem, entre outros fins, o cumprimento do disposto na Resolução nº 3.380/2006 do Banco Central do Brasil.

A gestão deste risco permeia toda a Organização, todas as unidades e níveis hierárquicos que possuem papéis e responsabilidades, incluindo o Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

A estrutura de gestão do risco operacional é responsável pelo desenvolvimento de políticas, processos e procedimentos que permitem identificar, avaliar e administrar adequadamente o risco operacional da Instituição. A administração consolidada deste risco é responsabilidade de uma unidade específica, operacionalmente independente, sem conflito de interesses, que está vinculada à Diretoria de Controle e Risco, cujo diretor é responsável pela gestão do risco operacional perante o Banco Central, não mantendo responsabilidades pela gerência de recursos de terceiros.

É mantida política corporativa de gestão de risco operacional, aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração aderente às melhores práticas recomendadas pelo Comitê de Basileia. Em 2008, foi disponibilizado para todos os empregados, treinamento à distância de risco operacional que visa disseminar a cultura de gestão do Risco Operacional e sua importância para a instituição.

b) Gerenciamento de Risco de Crédito

O Risco de Crédito se define pela possibilidade de um devedor ou tomador de crédito deixar de cumprir suas obrigações contratuais com a organização, podendo imputar perdas à mesma pela não liquidação das suas operações.

A gestão de risco de crédito no Banco da Amazônia tem como foco as diretrizes voltadas à prevenção e diminuição da inadimplência e manutenção da boa qualidade creditícia em todas as operações de crédito em que o Banco atue como uma das contrapartes, na busca pela eficiente e eficaz aplicação de recursos próprios e daqueles administrados em nome de terceiros, de natureza orçamentária ou não.

Além disso, o Banco da Amazônia objetiva através das diretrizes traçadas em sua Política de Risco de Crédito, otimizar a maximização da relação entre o risco e retorno de seus ativos, monitorando e avaliando constantemente, através de aferições sistemáticas dos níveis de inadimplência para manutenção da qualidade da sua carteira de crédito em patamares compatíveis com o aceitável pelo mercado e pelos órgãos supervisores.

c) Gerenciamento de Risco de Mercado

O risco de mercado define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities), detidas por uma instituição financeira.

Nesse sentido, o processo de gerenciamento e controle do risco de mercado no Banco da Amazônia, está balizado na sua Política de Risco de Mercado que estabelece os limites máximos de exposição por fator risco, por tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (Trading), seguindo as determinações da Circular/BACEN nº 3.354. Na Política de Risco de Mercado estão definidos ainda os procedimentos utilizados na identificação, avaliação e controle do risco de mercado bem como os procedimentos para realização de backtest e stress do modelo.

O Risco de Mercado no Banco da Amazônia é mensurado diariamente através de cálculo do Value at Risk (VaR), metodologia condizente e aderente com o praticado pelo